

**89ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC
ATA 89/2024**

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

Data: 12/06/2025	Plataforma On-line google pelo link: meet.google.com/xnk-nkfh-tac Gravação: https://www.youtube.com/live/jVEwkvIrDhg?si=5KuCqTRL3EW5ELWY	Horário: 14 horas
---------------------	---	----------------------

PARTICIPANTES CONSELHEIROS

Marcos Leandro Espindula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	P
Iara Regina Ávila Portela	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	A
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	A
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Titular	Governamental	SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social	J
Bruna Roberta Wessner Longen	Suplente	Governamental	SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social	J
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	F
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	F
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	A
Fabiana de Souza	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e	J

			Família	
Katia Freitas da Silva	Suplen te	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	F
Vanessa Regina Ostrowski	Titular	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	P
Marco Aurélio Maia Liberato	Suplen te	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	A
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	J
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplen te	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	A
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplen te	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	A
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	F
Valdete Daufemback	Suplen te	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	F
Rogério Manoel Correa	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	F
Lucilene Binsfeld	Suplen te	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	F
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	P
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplen te	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	A
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	P
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplen te	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	A
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplen te	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	A
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	P
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplen te	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	A
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	P
Gabriela Rabello	Suplen te	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	J
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no	F

			estado de Santa Catarina	
Neudi Antonio Giachini	Suplen te	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	F

PARTICIPANTES CONVIDADOS

Josiane Locatelli de Souza	membro da Comissão de Violências
Guilhermina Cunha Salasário	membro da Comissão LGBT

Ordem do Dia:

1. Abertura;
2. Espaço de Formação - SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - SNDH: O QUE É?;
3. Levantamento de quórum;
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;
5. Justificativas de ausências;
6. Aprovação da Ata 89º;
7. Comissão LGBTI +;
8. Devolutiva das ações da plenária anterior;
9. Conferência Nacional de Direitos Humanos;
10. Processo Eleitoral das OSCs;
11. Ofício ao GMF sobre óbitos do Sistema Prisional;
- Momento das Comissões:
12. Comissão Permanente de Legislação e Normas (resolução para regulamentação das comissões);
13. Comissão de Soluções Fundiárias;
14. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos;
15. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;
16. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua;
17. Comissão de Comunicação;
18. Informes Gerais/Agenda Livre.

1. Abertura;	A sessão plenária do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) iniciou com cumprimentos da Presidenta, Erli Camargo. Esta solicitou aos conselheiros e conselheiras o registro de presença no chat.
2. Espaço de Formação - SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - SNDH: O QUE É?	A presidenta Erli explicou sobre o Sistema Nacional de Direitos Humanos, que será o núcleo central de debate na Conferência Nacional. Contextualizou o tema, recordando um trabalho intenso realizado em 2004 e a inclusão do tema como terceiro eixo na Conferência Nacional de 2016. Destacou o desmonte de propostas nesse período e a retomada atual, mencionando a importância do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Explicou que o Sistema Nacional de Direitos Humanos é um conjunto articulado e descentralizado de instrumentos, mecanismos, órgãos e ações para a realização integral dos direitos humanos. Ressaltou que é uma articulação sinérgica e em rede, aberta para estabelecer relações e lidar com a diversidade e urgências. Abordou a atuação do sistema em âmbito nacional e sua conexão com tratados e convenções internacionais, mencionando a atenção da ONU Brasil. Conceituou direitos humanos como patrimônio ético, jurídico e político, resultado de lutas libertárias, e enfatizou os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência. Apontou que o desafio central do sistema é realizar uma nova institucionalidade pública e promover uma nova cultura de direitos humanos, transformando práticas e concepções. Defendeu que o sistema deve acolher todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, e que ações positivas do Estado são necessárias para garantir direitos, indo além da mera proclamação legal, como no caso da escravidão. Os slides estão disponíveis no link: https://docs.google.com/presentation/d/1djtiiOiYjFhqkurpJhpsEWZi7syD37zk/edit?usp=sharing&ouid=105386840460894907950&rtpof=true&sd=true
3. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;	Foi feita a leitura e aprovada.
5. Justificativas de ausências;	Marcos Leandro Espindula e Valdicéia Zulma Luciano Klausen SED - (agenda de trabalho); Sílvia Cantarino Rocha dos Santos (exame médico) e Bruna Roberta Wessner Longen (agenda de trabalho) - SEJURI; Fabiana de Souza - SAS - (agenda de trabalho); Maria Del Carmen Cortizo - IMDH- (atestado médico); Gabriela Rabello CRP12 - (agenda de trabalho).

6. Aprovação da Ata 89	Aprovada.
7. Comissão LGBTI +	A senhora Guilhermina Cunha Salasario solicitou adiantar o item da pauta referente à comissão LGBT+. Guilhermina informou sobre a convocação do Governo Federal para a realização da quarta Conferência Estadual LGBT+. Explicou que a existência de uma comissão no Conselho Estadual de Direitos Humanos, pois não há um Conselho Estadual específico para população LGBTIA+. Esta questionou o compromisso do Governo Estadual, através da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - SAS, em convocar a Conferência, lembrando as convocações anteriores. A conselheira representante da SAS, Fabiana informou que o ofício com a solicitação foi encaminhado ao gabinete e que a resposta era esperada para breve, ainda no mesmo dia. A secretária do CEDH mencionou o convite feito a outros Conselhos alocados na SAS para participarem da discussão, sem sucesso. A presidenta Erli relatou tentativas anteriores de incluir o tema como eixo na Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada em 2024, que não se concretizaram devido a prazos e à necessidade de realização das etapas municipais. A senhora Guilhermina complementou, criticando a proposta anterior dada pela Secretaria de Assistência Social como inviável e inadequada. A conselheira Yara compartilhou a discussão no Conselho de Psicologia sobre a importância de um viés crítico para entender a subjetividade e o sofrimento em relação a questões estruturais como a invasão, o extermínio indígena e a escravidão. Yara destacou a violência histórica no Brasil e a necessidade de encarar os direitos humanos como uma necessidade real de enfrentamento, considerando as desigualdades nas periferias. A conselheira Ludmila levantou a questão da dificuldade em instrumentalizar as pessoas com o conhecimento de seus direitos, apesar das leis e declarações internacionais. Expressou o esforço contínuo em traduzir os direitos para a linguagem do povo, observando a descrença diante da realidade de dificuldades e refletiu sobre a necessidade da conferência abordar a realidade e a importância do conhecimento para a transformação social, mencionando o medo em relação aos direitos humanos. Sobre a discussão sobre a Conferência LGBT+, a presidenta Erli mencionou a dependência da resposta do Governo, abrindo espaço para sugestões dos conselheiros sobre como minimizar impasses e seguir adiante. Guilhermina apresentou dois cenários caso a resposta do Governo seja negativa: o CEDH-SC faria a convocatória com apoio de parceiros como o Ministério Público e a Defensoria Pública, e em última hipótese, o evento seria online. A conselheira Lúcia sugeriu que, diante da possível falta de apoio da secretaria, o Conselho e as Organizações da Sociedade Civil deveriam se mobilizar para realizar a conferência, como fizeram no passado com as Conferências Regionais. A conselheira Ivone concordou com essa direção, enfatizando a importância de não recuar e marcar esse espaço, mesmo com mais trabalho.

	Foi deliberado pela aprovação da realização da 4ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Santa Catarina. A presidenta Erli colocou em votação a proposta de o Conselho de Direitos Humanos realizar a convocatória da conferência caso a resposta do Governo seja negativa, ficou definido que, nesse cenário, será emitida uma Resolução chamando a Conferência, com a comissão organizadora e outros parceiros envolvidos, buscando realizar o evento no menor prazo possível. Aprovação por 7 conselheiros/as presentes.
8.Devolutiva das ações da plenária anterior - 89ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC 08/05/2025	5. Espaço de Formação e Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação - A conselheira Valdiceia Zulma Luciano Klausen apresentou o trabalho do Núcleo de Educação, Prevenção e Atenção à Violência na Escola (NEPRE), detalhando sua estrutura, atribuições e parcerias com outras instituições. Comissões: Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho - Constatou-se um erro material na nova lei referente à duração dos mandatos (vice-presidente: 4 anos; presidente: 3 anos) que demanda correção, a qual será feita antes de encaminhar o processo. Adicionalmente, informou-se o encaminhamento por ofício via processo SGPe SAS 5019/2024 da supressão do artigo sobre a unidade orçamentária, conforme aprovação em plenária de 10 de abril. Comissão de Soluções Fundiárias: A conselheira Celina informou sobre a atuação da comissão de soluções fundiárias em uma ação civil pública em Palhoça, que envolveu 15 famílias e um acordo entre o município e o Ministério Público. A comissão enfrentou dificuldades para acessar o processo, que estava em segredo de justiça, mas conseguiu suspender a desocupação. Adicionalmente, a conselheira detalhou a participação da comissão, destacando a contribuição da senhora Luzia Maria Cabreira em um extenso processo de negociação no projeto Minha Casa, Minha Vida na Comunidade Mariele Franco, ressaltando o papel crucial do movimento social para assegurar a moradia das famílias. E acrescentou também o fórum estadual sobre imóveis públicos – um fórum criado pela Superintendência do Patrimônio da União com a participação da sociedade civil e órgãos públicos. Esse fórum discute a destinação de imóveis da União para fins sociais, incluindo imóveis obsoletos. A presidenta Erli enfatizou a relevância da participação da sociedade civil e do controle social para a efetivação do acesso à justiça, tendo em vista os desafios enfrentados pelas famílias tanto em Palhoça quanto na comunidade Mariele Franco. A comissão LGBT não teve reunião. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos: A comissão de monitoramento de violações de direitos humanos relatou sobre uma denúncia grave de Blumenau e a proposta de uma reunião urgente para tomar providências. Encaminhamentos

	para Denúncia em Blumenau: Foi decidido realizar uma reunião urgente da comissão de monitoramento, com a possível participação do CEDCA e da Defensoria Pública, para abordar a denúncia de Blumenau. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação: A presidenta comunicou sobre a reunião da rede de conselhos em Brasília e a importância de indicar um ponto focal do governo estadual para o Grupo de Trabalho (GT) da conferência. O conselheiro Marcos, participante da etapa Estadual em 2024, mencionou que irá verificar com a Secretaria e dará retorno até o dia 12, que segundo a presidenta, é a data limite para informar ao CEDH quem irá participar de Santa Catarina. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua (Seminário sobre programa de moradia para pop rua no Estado): A comissão informou sobre uma audiência pública em 16 de maio com a visita de representantes de Brasília - MDS - para tratar do tema. A presidenta estará presente. Comissão de Comunicação: A conselheira Gabriela relatou a inatividade da comissão de comunicação e solicitou a participação de outros conselheiros. O conselheiro Marcos Leandro Espindula se colocou à disposição. Informes Gerais/Agenda Livre. Informações adicionais foram compartilhadas: convite para o sétimo encontro nacional de mães e familiares de vítimas, dias 14 e 15/05; ofício do Ministério Público Federal referente à implementação de sistemas estaduais de prevenção e combate à tortura (Lei nº 12.847/2013); e a resposta da Polícia Militar sobre uma denúncia de morte ocorrida em Florianópolis em 17/10/2024. A análise desta resposta ficará a cargo de Cíntia, ex-presidente e membro da comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos. A presidenta comunicou reuniões futuras com a Defensoria Pública, o Ministério Público Federal e o Estadual. Ao término da reunião, houve uma apresentação e celebração do Dia das Mães, com a exibição de um vídeo para reflexão. O conselheiro Marcos cumprimentou as mães presentes pelo Dia das Mães, estendendo os votos aos homens e suas mães.
9.Conferência Nacional de Direitos Humanos	Sobre a Conferência Nacional de Direitos Humanos, a presidenta Erli informou que nos dias 02 e 03 de junho ocorreu o 10º Encontro Nacional da Rede de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos. Participaram a presidenta Erli e o conselheiro Marcos. Mencionou os eixos da Conferência e reafirmou a validação da Conferência Estadual de Direitos Humanos, estando em diálogo com a Coordenadora Geral do CNDH, senhora Edna e o servidor Francisco sobre a viabilização do último momento no Estado. Na atualização da Conferência Estadual e Delegações para a etapa Nacional, a presidenta propôs a realização de um dia para

	atualizar a Conferência Estadual com dados atuais e o encaminhamento de delegados e delegadas para a nacional. Informou que Santa Catarina terá 35 vagas para a Conferência Nacional, sendo 25 para a sociedade civil (com custos de traslado, alimentação e hospedagem cobertos pelo governo federal) e 10 para o poder público (custeadas pelo governo estadual). Destas 18 mulheres, oito pessoas negras e uma pessoa indígena. Propôs ainda, que o CEDH incentive a realização de Conferências Livres e emita uma Resolução para que essas conferências possam aportar mais propostas. Aprovada Deliberação sobre as duas Resoluções para a Conferência: 1ª para dar continuidade ao processo da conferência estadual e 2ª em apoio às conferências livres. Aprovada A conselheira Ivone questionou quem pode convocar e qual o prazo para as Conferências Livres. A presidenta esclareceu que podem ser convocadas por até três organizações da sociedade civil ou pelo conselho, e devem ocorrer em prazo anterior a 15 de outubro, data máxima para a conferência de atualização. Ficou definido que as Conferências Livres podem ser totalmente online ou híbridas. Foi deliberada a reativação da comissão da Conferência para trabalhar nas duas Resoluções, definindo prazos e ajustando os detalhes para o encaminhamento. Aprovada
10.Processo Eleitoral das OSCs	A secretária Mônica informou sobre o processo eleitoral das Organizações da Sociedade Civil para o Conselho, com 22 organizações candidatas cujos processos foram analisados. O prazo de recurso para as inscrições foi prorrogado para o dia 10. O Fórum da Sociedade Civil para eleição das candidatas deferidas será no dia 25 de junho. A presidenta Erli expressou satisfação com o alto engajamento, sem necessidade de busca ativa por candidatos. Informações sobre o assunto estão disponíveis em https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/processo-eleitoral-da-sociedade-civil-gestao-2025-2027
11.Ofício ao GMF sobre óbitos do Sistema Prisional	Foi discutido um ofício ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do TJ sobre o aumento de óbitos no sistema carcerário em 2025. A intenção é solicitar dados dos últimos dois anos para fundamentar um trabalho sobre essa questão, diante do aumento significativo de óbitos com causa indefinida. a conselheira Celina sugeriu um apelo pela criação do mecanismo de combate à tortura em Santa Catarina. E a conselheira Lúcia propôs incluir questionamentos sobre assistência médica no sistema prisional. A conselheira Celina mencionou denúncias ao mecanismo nacional sobre falta de assistência médica adequada no sistema prisional de Santa Catarina. A comissão se mostrou engajada com o tema, dada a amplitude do problema nos diversos ambientes de privação de

	liberdade. O CEDH aprovou o envio do ofício, com a colaboração das conselheiras Lúcia, Celina e Yara na elaboração da minuta.
Comissões	
12.Comissão Permanente de Legislação e Normas (resolução para regulamentação das comissões);	Como pendência da comissão foi lembrado da Resolução que Regulamenta as Comissões, considerada urgente para definir as obrigações de cada comissão. Foi mencionado que o conselheiro Nasser havia se disponibilizado para trabalhar nisso, mas o documento ainda não foi apresentado. na oportunidade, sugeriu que a comissão de Legislação e Normas pense nessa questão o quanto antes. O conselheiro Felipe informou sobre a reunião conjunta da Comissão de Legislação e Normas e da Comissão de Monitoramento para mapear os processos internos do Conselho Estadual de Direitos Humanos, começando pelo recebimento e encaminhamento de denúncias referentes ao sistema prisional. O objetivo é criar um fluxo claro e seguro para todos os conselheiros e servidores. O conselheiro informou que está construindo o fluxo e espera ter algo para apresentar na próxima reunião plenária, após alinhamento com as duas comissões.
13. Comissão de Soluções Fundiárias:	A conselheira Celina informou sobre o acompanhamento das visitas técnicas da comissão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos. Ela mencionou os compromissos agendados para o mês, incluindo as visitas relacionadas às ocupações Mestre Moa da Mariguella, Beira Rio e Estrada Mutucas em Joinville, com o apoio da Dra. Cíntia em Joinville. Erli Camargo questionou Celina sobre a capacidade de lidar com a agenda da Comissão de Soluções Fundiárias do CEDHSC: 1. 16/06/25, 10h reunião online Mestre Moa, a nosso pedido com a CSFTJSC; 2. 23/06/25, 10h reunião online com CSFTJSC preparatória para visita técnica Mariguella; 3. 23/06/2025, às 14h reunião online com CSFTJSC preparatória para visita técnica Beira Rio; 4. 27/06/25, 14h visita técnica Mariguella com CSFTJSC, e demais autoridades; 5. 30/06/2025, às 9:30h, visita técnica Beira Rio. 6. Visita técnica em Joinville - Estrada Motucas - 30/06/2025, às 14. A conselheira Celina mencionou o apoio da Dra. Luzia e Tânia Eslongo, mas acolheu a ajuda de outros conselheiros. A presidenta Erli ressaltou a dificuldade da sociedade civil em realizar todo o trabalho, mencionando o esforço da conselheira Celina nos últimos dois anos com apoio externo ao conselho. Ela fez um apelo para que os conselheiros da Grande Florianópolis oferecessem apoio para não sobrecarregar Celina, Luzia e Tânia, lembrando que apenas Celina é conselheira. Erli informou que, caso sua instituição seja eleita, ela atuará como suplente, e Celina também continuará no suporte. Os interessados em ajudar podem contatar a secretária Mônica para mais informações.

14. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos	A secretária do CEDH comunicou que a comissão se reuniu com a comissão de normas para tratar do fluxo de processos, mas existem pendências, incluindo um ofício para a Secretaria de Estado da Saúde. A reunião para deliberar sobre o ofício e outras demandas importantes não ocorreu devido à ausência de conselheiros/as, pois Fabiana de Souza estava em outra agenda e a presidenta Erli em reunião em Brasília. Será necessário reagendar a reunião para que a comissão possa fazer os encaminhamentos, sendo este mais um desafio para o Conselho.
15. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;	Apresentação no Momento da Formação
16. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua;	A conselheira Ivone informou sobre uma audiência pública em Brusque no dia 30 deste mês, organizada pelos partidos de direita. Ela também anunciou uma missão de três dias em Santa Catarina, de 1º a 3 de julho, com a participação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Justiça, Pop Rua Nacional e Ministério de Direitos Humanos, para tratar de violações no Estado. A programação inclui visitas a equipamentos, articulação com o Ministério Público, um dia dedicado à justiça estadual no Tribunal de Justiça e uma plenária de escuta da população em situação de rua na Assembleia Legislativa, seguida de uma audiência pública. A conselheira Ivone comunicou que a Ministra de Direitos Humanos visitará o Estado em 12 de agosto, como conclusão das atividades da missão de julho, e documentos serão enviados ao ministério. A presidenta Erli mencionou que essa é a segunda missão, com a primeira tendo ocorrido em abril do ano passado, justificada pelo grande número de denúncias chegando à esfera nacional. A presidenta também informou sobre a chegada da memória da reunião ocorrida na ALESC no dia 16 do mês anterior, resultado de um ofício enviado ao prefeito e outros órgãos, e pediu aos conselheiros que leiam o documento, com a gravação da reunião disponível posteriormente. Ressaltou que tiveram 16 encaminhamentos, incluindo a necessidade de o município de Florianópolis ter um plano de ação. A conselheira Ivone mencionou a organização para a Plenária do dia 3 de julho na Assembleia Legislativa, buscando trazer pessoas em situação de rua com acompanhantes para uma escuta Estadual. Ela fará contato individual para mobilizar pessoas de municípios com maior número de pessoas em situação de rua, e o CEDH está incluído nas instituições que serão oficialmente chamadas pelo Ministério.

17. Comissão de Comunicação;	A secretária do CEDH informou que, apesar da solicitação, não houve movimentação na comissão de comunicação com a inclusão dos conselheiros Marcos e Valdiceia.
18. Informes Gerais/Agenda Livre.	Em relação aos informes gerais, comunicou que no próximo mês se encerra o biênio de alguns conselheiros no CEDH e elaborou um relatório das atividades, com foco no período atual, mas incluindo registros anteriores. O relatório foi encaminhado para análise e considerações da mesa diretora e posteriormente será disponibilizado aos conselheiros para eventuais acréscimos ou retiradas, sendo importante para registro e para o currículo dos Conselheiros. A secretária ressaltou que o fórum da sociedade civil ocorrerá no dia 25, e em seguida serão publicados no Diário Oficial os nomes dos novos conselheiros.
OBSERVAÇÃO	Os(As) interessados(as) em obter informações completas da reunião podem entrar em contato com a Secretaria do CEDH-SC para acessar a gravação ou assistir ao vídeo na página do Conselho no YouTube: https://www.youtube.com/live/jVEwkvIrDhg?si=5KuCqTRL3EW5ELWY A reunião foi encerrada por volta das 16 horas e 31 minutos e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski, e assinada por ela e pela presidenta Erli.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **24J9SJ5M**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERLI APARECIDA CAMARGO (CPF: 516.XXX.329-XX) em 28/07/2025 às 17:49:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzI0SjlTSjVN> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **24J9SJ5M** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.